

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Alterações significativas	5

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	17
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	18
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	19
10.5 - Políticas contábeis críticas	20
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	22
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	23
10.8 - Plano de Negócios	24
10.9 - Outros fatores com influência relevante	25

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5. Riscos de Mercado

5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Riscos relacionados às condições econômicas e políticas no Brasil poderão ter um efeito adverso em nossos negócios e no valor de mercado das nossas Ações.

A economia brasileira tem se caracterizado por frequentes e por vezes drásticas intervenções do governo brasileiro e por ciclos econômicos instáveis. O governo brasileiro tem alterado frequentemente as políticas monetárias, tributárias, de crédito, tarifárias e outras políticas para influenciar o curso da economia no País. Por exemplo, por vezes, as ações do governo brasileiro para controlar a inflação envolveram o controle salarial e de preços, o congelamento de contas bancárias, a imposição de controles cambiais e limites sobre as importações. Não temos controle e não podemos prever as políticas ou ações que o governo brasileiro poderá adotar no futuro. Nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais e o preço dos valores mobiliários poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- inflação;
- movimentos cambiais;
- políticas de controle cambial;
- flutuação das taxas de juros;
- liquidez dos mercados internos de empréstimos, de capitais e financeiros;
- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida pelos índices do PIB;
- alteração na regulamentação aplicável ao setor de transporte;
- aumento do preço de petróleo e outros insumos;
- instabilidade dos preços;
- políticas tributárias; e
- outros eventos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o País.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

Riscos relacionados à inflação

No passado, o Brasil sofreu com taxas de inflação extremamente altas e, consequentemente, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas reais de juros do mundo. Entre janeiro de 2004 e dezembro de 2011, a SELIC variou entre 8,65% e 19,75% ao ano. No ano de 2014 a SELIC variou de 9,90% a 11,65% ao ano. A inflação e as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central, tiveram e podem voltar a ter efeitos consideráveis sobre a economia brasileira e sobre nossos negócios. O Brasil pode passar por aumentos relevantes da taxa de inflação no futuro. Pressões inflacionárias podem levar à intervenção do Governo Federal sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem ter um efeito adverso para nós e nossos clientes. Ademais, se o Brasil experimentar altas taxas de inflação, podemos não ser capazes de reajustar os preços de nossos produtos de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, o que pode ter um efeito adverso para nós, embora parte de nossos contratos possuam cláusulas de reajuste anual de preços, tomando-se como base os parâmetros de inflação relacionados aos itens que compõem sua estrutura de custos. Mesmo

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

assim, podemos não ter condições de ajustar os preços praticados para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos.

Risco de taxa de juros

Nosso resultado é afetado pelas mudanças nas taxas de juros, devido ao impacto que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes de instrumentos de dívida com taxas variáveis e nas receitas de juros gerados a partir dos saldos do nosso caixa e dos nossos investimentos.

Nosso risco relacionado à variação da taxa de juros é significativo apenas na medida em que possa causar o aumento do custo dos financiamentos e do parcelamento de empréstimos. Em 31 de Dezembro de 2014, tínhamos R\$ 168,4 milhões de endividamento financeiro líquido, sendo R\$ 17,2 milhões vinculados à TJLP (10,2% do nosso endividamento financeiro líquido total naquela data), R\$ 73,3 milhões vinculados ao CDI (43,5% do nosso endividamento financeiro líquido total naquela data) e R\$ 77,9 milhões vinculados à taxas pré-fixadas (46,3% do nosso endividamento financeiro líquido total naquela data). Um aumento de 10,0% na TJLP, aumentaria as nossas despesas de juros em R\$ 0,1 milhão ao ano, enquanto uma redução de 10,0% reduziria as nossas despesas de juros na mesma proporção. Em relação ao CDI um aumento de 10,0% neste indicador aumentaria as nossas despesas de juros em R\$ 0,8 milhão ao ano, enquanto uma redução de 10,0% reduziria as nossas despesas de juros na mesma proporção. Uma eventual mudança na taxa de juros em nada impactaria os R\$ 77,9 milhões restantes devido a pré fixação das mesmas no momento da contratação do empréstimo

As variações das taxas de juros são hipotéticas e calculadas de acordo com os saldos de endividamento em 31 de dezembro de 2014.

Riscos relacionados à taxa de câmbio

Em consequência de pressões inflacionárias, a moeda brasileira, no passado, desvalorizou-se periodicamente em relação ao dólar norte americano e outras moedas estrangeiras. No passado, o Governo Federal implementou vários planos econômicos e utilizou várias políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, durante as quais a frequência dos reajustes variava entre diária e mensal, sistemas de câmbio flutuante, controles cambiais e mercados cambiais duplos. De tempos em tempos, há oscilações significativas na taxa de câmbio entre a moeda brasileira, de um lado, e o dólar norte- americano e outras moedas, de outro. Por exemplo, o real desvalorizou 19,7% e 53,2% frente ao dólar, em 2001 e 2002, respectivamente, e valorizou 18,0%, 8,0%, 12,3% 8,5% e 17,0% frente ao dólar, em 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, o real sofreu uma desvalorização de, aproximadamente, 31,9% em relação ao dólar. Não se pode garantir que o real não sofrerá uma desvalorização ou uma valorização em relação ao dólar novamente. No ano de 2009, o real valorizou 33,9%. Em 31 de dezembro de 2010, a taxa de câmbio entre o real e o dólar era de R\$ 1,6654, segundo o BACEN. Em 2011, a taxa de câmbio entre o real e o dólar desvalorizou 13,6%, passando de R\$ 1,6502 no início do período para R\$ 1,8751 no final do período. Em 2012, o real passou de R\$ 1,8676 no início do ano a R\$ 2,0429 no fim do período, apresentando uma desvalorização de 15,4%. Em 2013 o real passou de R\$ 2,029 no início do período para R\$ 2,342, apresentando uma desvalorização de 15,43%, e em 2014 o real passou de R\$ 2,342 no início do período para R\$ 2,6556, apresentando uma desvalorização de 13,39%. Desvalorizações do real em relação ao dólar norte-americano poderiam criar mais pressões inflacionárias no Brasil, acarretar aumentos das taxas de juros, limitar nosso acesso a mercados financeiros estrangeiros e provocar a adoção de políticas recessivas pelo Governo Federal. Por outro lado, a apreciação do real em relação ao dólar norte-americano pode levar a uma deterioração da conta corrente e do balanço de pagamentos do Brasil e provocar uma redução das exportações do país. Qualquer um dos acontecimentos acima pode prejudicar a economia brasileira, como um todo, e, especificamente, nossos resultados operacionais e o valor de mercado de nossas ações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado por nós adotada, seus objetivos, estratégias e instrumentos**

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não possui operações com instrumentos financeiros.

a. riscos para os quais se busca proteção
Não aplicável.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)
Não aplicável.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)
Não aplicável.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos
Não aplicável.

e. operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos
Não aplicável.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos
Não aplicável.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada
Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**5.3. Em relação ao último exercício social, indicação de alterações significativas nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou na política de gerenciamento de riscos adotada**

Em 20 de outubro de 2014, a Companhia realizou um empréstimo de R\$ 30,0 milhões através de um CCB ao custo de 116% do CDI, aumentando assim a sua exposição à variações na taxa de juros básica da economia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não há outras informações relevantes que não tenha sido mencionado anteriormente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10. Comentários dos Diretores – Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado Operacional****Opinião dos Nossos Diretores sobre:***a. condições financeiras e patrimoniais gerais*

Os Diretores da Companhia informam que em 01/10/2014 foi constituído a Companhia, ficando sem atividade operacional ou movimentação até o final de novembro de 2014, sendo que, em dezembro de 2014, foi implementada uma reorganização societária no grupo a que pertence e a Companhia passou a controlar a JSL Locações Ltda. e a Movida Locações de Veículos Ltda.. Assim, as informações de resultados apresentadas a seguir demonstram o desempenho operacional da Companhia **somente no mês de dezembro de 2014**.

De 01/10/2014 a 31/12/2014, a Movida reportou uma receita bruta total de R\$ 63,8 milhões. Para suportar o crescimento das suas operações, a Companhia investiu R\$ 210,0 milhões, sendo R\$ 198,7 milhões para expansão dos negócios, destes, R\$ 198,3 milhões em frota e R\$ 0,4 milhão em novas lojas, além de R\$ 11,3 milhões adicionais em renovação.

Importante mencionar que a frota da Movida Participações S.A. é composta por ativos de alta liquidez, com baixa idade média. A maior parte dos investimentos em expansão da Movida Participações S.A. foi direcionada para a frota, ressaltando que os investimentos de expansão contribuem apenas parcialmente para a receita e a geração de caixa do ano em que é executado, distorcendo assim, as margens e os retornos da Companhia quando comparado a uma situação sem investimento adicional em expansão.

Em 31 de dezembro de 2014, o total do caixa e aplicações financeiras da Companhia era de R\$ 63,3 milhões. O endividamento bruto era de R\$ 231,7 milhões, representando uma dívida líquida de R\$ 168,4 milhões. O endividamento de curto prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2014 perfazia R\$ 75,8 milhões, e desta forma o caixa disponível era equivalente a 0,8x a dívida de curto prazo. Vale ressaltar que, em 31 de dezembro de 2014, o imobilizado líquido da Companhia era de R\$ 1,117 bilhão, compostos primordialmente por veículos leves, que tem consistentemente apresentado um mercado secundário líquido.

A seguir, apresentamos a geração de caixa livre da Companhia antes do crescimento e do pagamento de juros e dividendos. Vale ressaltar que os EBITDAs observados nos períodos também estão impactados pelos efeitos do crescimento, devido ao tempo de maturação dos investimentos efetuados e à demanda das novas lojas por custos pré-operacionais, enquanto ainda não estão gerando receitas.

Fluxo de Caixa Livre Antes do Crescimento e Juros		01/10/2014 a 31/12/2014
EBITDA¹		18
Custo não caixa ²		15
Imposto + Capital de Giro		137
Geração Operacional de Caixa		170
Capex Renovação ³		(11)
Caixa Gerado antes do Crescimento e dos Juros		159
Capex de expansão ³		(199)
Fluxo de Caixa Livre para Firma		(40)

¹Dados reportados.²Custo não caixa.³Considera capex total, ou seja, o montante efetivamente pago com o caixa da companhia mais aquele financiado

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outro fator relevante é a flexibilidade na gestão dos investimentos. No caso de GTF, o modelo de negócios da Companhia presume que os investimentos são necessariamente atrelados a contratos assinados, os quais garantem a geração de caixa futura das operações. No caso de RAC, o investimento está atrelado à demanda do mercado, o que pode ser facilmente ajustado caso haja uma retração de mercado devido à alta liquidez dos ativos. Sendo assim, a Companhia pode definir os investimentos em expansão, da mesma maneira que pode escolher o melhor momento para a compra e venda de seus ativos para renovação, sem que com isto prejudique os custos com manutenção, tendo em vista a baixa idade média de sua frota.

A Diretoria da Companhia entende que a mesma apresenta condições financeiras, patrimoniais e suporte suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto, médio e longo prazo, conforme demonstrado abaixo:

Indicador	31/12/2014
Liquidez imediata ¹	0,11
Liquidez corrente ²	0,42
Liquidez seca ³	0,28
Estrutura de capital ⁴	1,19
Endividamento Financeiro ⁵	0,37

¹ Caixa e equivalente de caixa / passivo circulante

² Ativo circulante / passivo circulante

³ Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários + contas a receber (circulante) / passivo circulante

⁴ Passivo circulante + passivo não circulante / patrimônio líquido

⁵ Empréstimos e financiamentos + debêntures + arrendamento financeiro (circulante e não circulante)/ patrimônio líquido

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Nossa diretoria entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis aceitáveis de alavancagem, especialmente considerando o perfil do negócio no qual a Companhia atua, o qual tem demandado investimentos em ativos que em geral possuem um mercado secundário líquido.

Em 31 de dezembro de 2014, a estrutura de capital da Companhia era composta por 45,7% de capital próprio e 54,3% de capital de terceiros, conforme quadro a seguir.

Estrutura de capital (R\$ milhares)	31/12/2014
Patrimônio Líquido (a)	628
Passivo circulante + Passivo não circulante (b)	745
Ativo total (c)	1.373
% Capital Próprio (a)/(c)	45,7%
% Capital de Terceiros (b)/(c)	54,3%

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital, e suporte, adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto, médio e longo prazo e à condução de suas operações.

Exercício/Período encerrado em:

(R\$ milhões)	31/12/2014
Caixa e aplicações financeiras ¹	(63,3)
Dívida bruta de curto prazo	75,8
Dívida bruta de longo prazo	155,9
Dívida Bruta	231,7
Dívida líquida	168,4

¹ Considera o montante de aplicações financeiras classificadas como ativo não circulante (títulos e valores mobiliários)

Em 31 de dezembro de 2014, possuíamos o patrimônio líquido no valor de R\$ 627,9 milhões. A relação

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dívida líquida dividida por patrimônio líquido foi de 0,3x no período.

Por se tratar de uma empresa recente e que não possui 12 meses completos, fizemos um exercício com a anualização do mês de dezembro de 2014 para medir a alavancagem da Companhia com base nos indicadores Dívida Líquida/EBITDA e Dívida Líquida/EBITDA-A.

Dessa forma, a tabela a seguir apresenta os principais índices de alavancagem da Companhia:

Saldos	Período 01/10/2014 a 31/12/2014 anualizado
Dívida Líquida/Imobilizado Líquido	0,2 x
Dívida Líquida/EBITDA ¹	0,8 x
Dívida Líquida/EBITDA-A¹	0,4 x
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	0,3 x
EBITDA ¹ /Juros Líquidos ²	12,4 x
EBITDA-A ¹ /Juros Líquidos ²	22,8 x

¹ Período anualizado

² Juros de despesa financeira “menos” rendimento de aplicações financeiras, anualizado

Não há hipóteses de resgate de quotas de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

A companhia apresentou posição de caixa e aplicações financeiras de R\$ 63,3 milhões em 31 de dezembro de 2014. A dívida de curto prazo da companhia era de R\$ 75,8 milhões em 31 de dezembro de 2014.

A dívida da Companhia é composta principalmente por financiamentos para aquisição de veículos e linhas de capital de giro, as quais serão quitadas com a geração operacional de caixa e com os recursos oriundos das vendas de ativos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Captamos recursos por meio de contratos financeiros, quando necessário, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo.

- Para a aquisição de veículos leves e utilitários, a Companhia privilegia a compra com recursos próprios ou financiados por linhas de capital de giro sem qualquer garantia, de forma a usufruir da flexibilidade de um giro mais eficiente da frota, o que é operacionalmente mais difícil no caso do arrendamento mercantil;
- Para a possível aquisição de veículos pesados novos nacionais, utilizamos as linhas de FINAME.

Em 31 de dezembro de 2014, os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui qualquer obrigação em Dólares ou qualquer outra moeda que não o Real.

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da nossa dívida bruta em 31 de dezembro de 2014:

31/12/2014

Empréstimos e Financiamentos	Total
Circulante	75,8
Não Circulante	
2016.....	69,5
2017.....	20,9
2018.....	18,8
2019.....	16,9
2020.....	8,4
2021.....	5,8
2022 em diante.....	15,6
Total	231,7

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os Diretores da Companhia esclarecem, por fim, que estas iniciativas são recorrentes e seguem o curso normal dos nossos negócios dentro de uma gestão prudente do passivo financeiro. O prazo médio do endividamento líquido da Movida em dezembro de 2014 era de 2,4 anos.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os Diretores da Companhia informam que o financiamento do capital “para cobertura de deficiências de liquidez” no que diz respeito à necessidade de capital de giro é captado pela Companhia por meio de recursos provenientes de contratos financeiros junto às instituições financeiras de primeira linha e/ou através de instrumentos financeiros junto ao mercado de capitais local e no exterior, quando necessário. Em relação ao financiamento da aquisição de ativos não circulantes, em especial para a prestação de nossos serviços, continuará a ser feito através de linhas específicas de acordo com as características do bem adquirido, sendo que, em regra: (i) para a aquisição de veículos leves e utilitários a Companhia privilegia a compra com recursos próprios com linhas de capital de giro sem garantias, a fim de usufruir da flexibilidade de um giro mais eficiente da frota, e em menor escala utiliza o leasing financeiro; e (ii) para a possível aquisição de veículos pesados novos nacionais, utilizamos as linhas de FINAME.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O saldo do Leasing Financeiro em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 113,2 milhões a uma taxa de juros média de 13,0% a.a. indexados à taxa CDI e pré-fixado, e com último vencimento até 2019.

Para as aquisições de veículos pesados, a Companhia utiliza principalmente o Finame, que em 31 de dezembro de 2014 representava R\$ 87,7 milhões, a uma taxa de juros média de 6,3% a.a., sendo R\$ 17,2 milhões vinculados a TJLP com uma taxa de juros média de 7,7% a.a. (já inclui TJLP) com vencimento até 2019; e R\$ 70,5 milhões a 6,0% a.a. pré-fixados com vencimento até 2024.

Ademais, os Diretores da Companhia informam que:

Em 2014, efetuamos uma captação de CCB no valor de R\$ 30,0 milhões, ao custo de 116% do CDI e vencimento em 21/10/2019. Este financiamento possui prazo médio de 1,8 anos, sendo 12 meses de carência, com pagamento anual dos juros, e amortização anual do principal e juros. O principal motivo foi alongar o cronograma de amortização da dívida e também para investimento em veículos leves. O saldo em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 30,2 milhões.

Os Diretores da Companhia informam que a dívida total da Companhia era de R\$ 231,7 milhões em 31 de dezembro de 2014.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste Formulário de Referência, nas demonstrações financeiras e notas explicativas.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidade de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Para informações sobre a natureza e prazo de vencimento das dívidas da Companhia, ver item 3.8 deste Formulário de Referência.

iv. eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniaisalienação de controle societário

Os Diretores da Companhia esclarecem na data deste Formulário de Referência que não há restrições impostas a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

g. *limites de utilização dos financiamentos já contratados*

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui linhas de financiamento contratadas e não sacadas.

h. *alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras*

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Comparação dos resultados operacionais encerrados em 31 de dezembro de 2014**Demonstrações Financeiras Contábeis Auditadas**

Destaques Financeiros (R\$ milhões)	01/10/2014 a 31/12/2014
Receita Bruta Total¹	63,8
Receita Bruta de Prestação de Serviços	46,8
Receita Bruta de Vendas de Ativos	16,9
Receita Líquida Total¹	60,3
Receita Líquida de Prestação de Serviços	43,3
Receita Líquida de Vendas de Ativos	16,9
Custo Total¹	(39,3)
Custo com Prestação de Serviços	(23,9)
Custo de Vendas de Ativos	(15,3)
Lucro Bruto Total¹	21,0
Lucro Bruto de Prestação de Serviços	19,4
Lucro Bruto de Vendas de Ativos	1,6
Margem Bruta¹	34,9%
<i>Margem Bruta de Prestação de Serviços</i>	<i>44,7%</i>
<i>Margem Bruta de Vendas de Ativos</i>	<i>9,6%</i>
Despesas Operacionais Antes do Resultado Financeiro	(10,3)
Resultado Financeiro Líquido	(4,9)
Lucro antes das provisões tributárias	5,7
Impostos e contribuições sobre o lucro	(1,0)
Lucro Líquido Total	4,8
EBITDA Total	18,3
Margem EBITDA Total	30,3%

¹ Resultados Consolidados, considera a eliminação entre os negócios de RAC e GTF

Os Diretores da Companhia informam que de 01 de outubro a 31 de dezembro de 2014, a Movida reportou uma receita bruta Total de R\$ 63,8 milhões, refletindo o desempenho da Companhia no meses iniciais de sua constituição.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita (R\$ milhões)	01/10/2014 a 31/12/2014
Receita Bruta Total¹	63,8
Receita Bruta de prestação de Serviços	46,8
RAC	23,5
GTF	23,9
Receita Bruta de Vendas de Ativos	16,9
Deduções	(3,5)
Receita Líquida¹	60,3
Receita Líquida de Serviços	43,3
RAC	22,2
GTF	21,7
Receita Líquida de Venda de Ativos	16,9

¹ Resultados Consolidados, considera a eliminação entre os negócios de RAC e GTF

Receita bruta Total

Os Diretores da Companhia informam que a receita bruta total da Movida foi de R\$ 63,8 milhões de 01 de outubro a 31 de dezembro de 2014, vinculado a quantidade de diárias de RAC e a quantidade de veículo alugado de GTF.

Deduções da Receita Bruta

Compostas por impostos sobre vendas, principalmente PIS e COFINS, descontos concedidos e devoluções, os Diretores da Companhia informam que as deduções da receita bruta foram R\$ 3,5 milhões de 01 de outubro a 31 de dezembro de 2014.

Receita Líquida

Os Diretores da Companhia informam que a receita líquida totalizou R\$ 60,3 milhões de 01 de outubro a 31 de dezembro de 2014.

Custos e Despesas

Os Diretores da Companhia informam que os custos e despesas da Movida totalizaram R\$ 49,6 milhões de 01 de outubro a 31 de dezembro de 2014, devido ao andamento das operações da companhia e do custo com venda de ativo.

Custos e Despesas (em R\$ milhões)	01/10/2014 a 31/12/2014
Total	(49,6)
Custos com Prestação de Serviços	(23,9)
Depreciação	(7,6)
Outros	(16,3)
Custo de Venda de ativos	(15,3)
Despesas	(10,3)

Lucro Bruto

Os Diretores da Companhia informam que a Movida registrou lucro bruto de R\$ 21,0 milhões de 01 de outubro a 31 de dezembro de 2014, sendo a margem bruta de 34,9%.

Lucro Bruto Total (em R\$ milhões)	01/10/2014 a 31/12/2014
Lucro Bruto Total	21,0
Margem Bruta Total	+34,9%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Resultado Financeiro**

Resultado Financeiro (em R\$ milhões)	01/10/2014 a 31/12/2014
Resultado Financeiro	(4,9)
Receitas Financeiras	0,5
Despesas Financeiras	(5,5)

Os Diretores da Companhia informam que o resultado financeiro líquido de 01 de outubro a 31 de dezembro de 2014 correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$ 4,9 milhões, reflexo do investimento na frota operacional.

Lucro antes dos Impostos

Os Diretores da Companhia informam que o lucro antes dos impostos foi de R\$ 5,7 milhões de 01 de outubro a 31 de dezembro de 2014.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Os Diretores da Companhia informam que a provisão para imposto de renda e contribuição social e créditos tributários diferidos totalizou R\$ 1,0 milhão de 01 de outubro a 31 de dezembro de 2014.

Lucro Líquido e EBITDA

Os Diretores da Companhia informam que a Movida registrou lucro líquido de R\$ 4,8 milhões de 01 de outubro a 31 de dezembro de 2014, e margem líquida de 7,9%.

Os Diretores da Companhia informam que o EBITDA da Movida de 01 de outubro a 31 de dezembro de 2014 totalizou R\$ 18,3 milhões, margem de 30,3%.

Lucro Líquido Total – Contábil e EBITDA

Lucro Líquido do Exercício e EBITDA	01/10/2014 a 31/12/2014
Lucro antes dos Impostos	5,7
Provisão para IR e CS e Diferido	(1,0)
Lucro Líquido do Exercício	4,8
<i>Margem Líquida</i>	<i>7,9%</i>
EBITDA	18,3
<i>Margem EBITDA</i>	<i>30,3%</i>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Discussão e Análise do Balanço Patrimonial****Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2014**

Os dados abaixo referentes a 31 de dezembro de 2014 e elaborados de acordo com as normas do IFRS.

<i>(Em milhares de reais)</i>		<u>31/12/2014</u>
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		15.544
Títulos e valores mobiliários		47.771
Contas a receber		94.092
Impostos a recuperar		5.151
Outros créditos		17.890
Despesas antecipadas		22.880
Bens disponibilizados para venda (renovação de frota)		37.104
		<u>240.432</u>
Ativo Não circulante		
Impostos a recuperar		127
Depósitos judiciais		196
Outros créditos		4.384
		<u>4.707</u>
Investimentos		-
Imobilizado		1.116.703
Intangível		11.161
		<u>1.127.864</u>
Total do ativo		<u>1.373.003</u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

<i>(Em milhares de reais)</i>		<u>31/12/2014</u>
Passivo Circulante		
Empréstimos e financiamentos		16.981
Arrendamento financeiro a pagar		58.829
Fornecedores		474.117
Obrigações trabalhistas		6.767
Obrigações tributárias		2.319
Contas a pagar e adiantamentos		13.070
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		-
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-
		<u>572.083</u>
Passivo Não circulante		
Empréstimos e financiamentos		101.493
Arrendamento financeiro a pagar		54.418
Provisão para demandas judiciais e administrativas		48
Imposto de renda e contribuição social diferidos		16.205
Contas a pagar e adiantamentos		872
		<u>173.036</u>
Patrimônio líquido		
Capital social		600.241
Reservas de lucros		3.634
		<u>603.875</u>
Participação de não controladores		-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		24.009
		<u>627.884</u>
Total do patrimônio líquido		<u>627.884</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.373.003</u>

Ativo

Os Diretores da Companhia informam que em 31 de dezembro de 2014, o total do ativo foi de R\$ 1,373 bilhão, conforme detalhamento abaixo.

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários (curto e longo prazos)

Nossas disponibilidades e aplicações financeiras totalizaram R\$ 63,3 milhões em 31 de dezembro de 2014. O saldo final das nossas disponibilidades e aplicações financeiras é decorrente da geração de caixa das atividades operacionais.

Contas a Receber

Os Diretores da Companhia informam que as contas a receber foram de R\$ 94,1 milhões em 31 de dezembro de 2014, proveniente do crescimento da venda de veículos e serviços.

Impostos a recuperar (curto e longo prazos)

Os Diretores da Companhia informam que os impostos a recuperar totalizaram R\$ 5,3 milhões em 31 de dezembro de 2014 composto principalmente pelo imposto de renda e contribuição social a compensar.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Outros créditos (curto e longo prazos)**

Os Diretores da Companhia informam que os outros créditos totalizaram R\$ 22,3 milhões em 31 de dezembro de 2014, composto principalmente por valores a receber de empresas do grupo.

Despesas antecipadas

Os Diretores da Companhia informam que as despesas antecipadas foram de R\$ 22,9 milhões em 31 de dezembro de 2014, compostas por seguros, IPTU, IPVA e encargos financeiros a apropriar.

Bens disponibilizados para venda (renovação da frota)

Os Diretores da Companhia informam que o saldo foi de R\$ 37,1 milhões em 31 de dezembro de 2014 relacionado com a disponibilização de ativos para venda.

Imobilizado

Os Diretores da Companhia informam que o imobilizado totalizou R\$ 1,117 bilhão em 31 de dezembro de 2014, compostos pelos ativos operacionais.

Intangível

Os Diretores da Companhia informam que o intangível totalizou R\$ 11,2 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Passivo**Empréstimos e financiamentos (curto e longo prazos)**

Os Diretores da Companhia informam que o saldo de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 118,5 milhões relacionado com o investimento na frota de veículos leves e pesados.

Arrendamento mercantil financeiro (curto e longo prazos)

Os Diretores da Companhia informam que as obrigações com arrendamento mercantil financeiro totalizaram R\$ 113,2 milhões em 31 de dezembro de 2014, relacionado com o cronograma de amortização e a aquisição de veículos.

Fornecedores

Os Diretores da Companhia informam que em 31 de dezembro de 2014, os fornecedores totalizaram R\$ 474,1 milhões, principalmente relacionado com a compra de veículos a prazo junto à montadoras.

Obrigações trabalhistas

Os Diretores da Companhia informam que as obrigações trabalhistas totalizaram R\$ 6,8 milhões em 31 de dezembro de 2014, composto principalmente pelas provisões de encargos sociais.

Obrigações tributárias

Os Diretores da Companhia informam que as obrigações tributárias totalizaram R\$ 2,3 milhões em 31 de dezembro de 2014, composto por obrigações com PIS, COFINS, ISS, Imposto de Renda e Contribuição Social.

Contas a Pagar e adiantamento de clientes (curto e longo prazos)

Os Diretores da Companhia informam que as contas a pagar e adiantamento de clientes totalizaram R\$ 13,9 milhões em 31 de dezembro de 2014, composto principalmente por contas a pagar.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Provisão para demandas judiciais e administrativas**

Os Diretores da Companhia informam que estas provisões foram de R\$ 48,0 mil em 31 de dezembro de 2014, referente às provisões trabalhistas e cíveis.

Imposto de Renda e contribuição social diferidos

Os Diretores da Companhia informam que o saldo do Imposto de Renda e contribuição social diferidos foi de R\$ 16,2 milhões em 31 de dezembro de 2014, representado pelas diferenças temporárias das operações de leasing financeiro e diferença da depreciação econômica *versus* a fiscal, parcialmente compensado pelos prejuízo fiscais e base negativa de contribuição social.

Patrimônio Líquido

Os Diretores da Companhia informam que o total do patrimônio líquido R\$ 627,9 milhões em 31 de dezembro de 2014, refletindo o resultado e o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC realizado no período.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Opinião dos Nossos Diretores sobre:**

- a. *resultados das nossas operações*
- i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita Bruta*Receita Bruta de Serviços e Venda de Ativos*

Os Diretores da Companhia informam que registramos como receita na Movida Participações S.A.: (i) o aluguel de veículos; (ii) as receitas com *royalties* em função das franquias que possuímos; (iii) a venda de ativos utilizados para locação de veículos.

Receita Líquida

Os Diretores da Companhia informam que a receita líquida refere-se à soma da receita líquida de Serviços e da receita líquida de Venda de Ativos, excluindo os tributos incidentes sobre o faturamento, cancelamentos e descontos comerciais.

- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores da Companhia informam que não houve fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Para mais informações, ver item “10.1 h”, deste Formulário de Referência.

- b. *variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços*

Os Diretores da Companhia informam que as principais variações estão relacionadas ao crescimento das atividades e de ajustes de preços face às condições de mercado.

Os Diretores da Companhia esclarecem que não foi constatado variações em nossas receitas diretamente decorrentes a modificações de taxas de câmbio, dado que os contratos são precificados em Reais.

- c. *impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro*

Em decorrência dos financiamentos obtidos no último exercício social, um dos indexadores da Companhia é o CDI. Dessa maneira, um aumento ou diminuição do CDI poderá impactar o montante dos juros a ser pago da nossa dívida. Os Diretores da Companhia esclarecem que a variação positiva do CDI no último exercício social impactou negativamente a Companhia devido ao aumento do custo de dívida.

A Companhia possui ainda contratos de financiamento (Finame) atrelados à TJLP, fazendo com que os juros desses financiamentos sejam impactados por oscilações na TJLP. Os Diretores da Companhia esclarecem que a variação da TJLP no último exercício social e no exercício corrente impactou negativamente a Companhia devido ao aumento da TJLP, o que foi parcialmente compensado pela contratação dos programas PSI, os quais possuem taxas de juros mais baixas.

Por fim, os Diretores da Companhia esclarecem que no último exercício social e no exercício social corrente, não houve nenhum impacto que represente montante relevante em função da inflação tanto pouco da variação de preços dos insumos e do câmbio.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 – Opinião dos Nossos Diretores acerca dos efeitos relevantes oriundos:***a. da introdução ou alienação de segmento operacional*

Os Diretores da Companhia informam que não houve introdução ou alienação de um novo segmento operacional além do já existente

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores da Companhia informam que em 01/10/2014 foi constituído a Companhia, ficando sem atividade operacional ou movimentação até o final de novembro de 2014, sendo que, a partir de dezembro de 2014, foi implementada uma reorganização societária no grupo a que pertence e a Companhia passou a:

(i) controlar a JSL Locações Ltda., empresa voltada ao segmento de locação de veículos e tendo como objeto social:

- Locação de veículos, caminhões, máquinas e equipamentos com ou sem condutor;
- Prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva); e
- Participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

(ii) controlar a Movida Locação de Veículos Ltda., empresa voltada ao segmento de locação de veículos e tendo como objeto social:

- Locação de veículos automotores, com e sem motoristas;
- Administração e licenciamento de marcas comerciais no ramo da locação de veículos, sob o regime de franquia empresarial; e
- Participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

Para mais informações acerca da referida reorganização societária, ver seção 6.5 deste Formulário de Referência.

Com a reorganização societária, a Companhia iniciou as suas atividades de locação de veículos leves, diário, mensal e anual, para pessoas físicas e jurídicas (“rent a car”), bem como de veículos pesados, caminhões, máquinas e equipamentos, por meio de empresas segregadas e posicionadas de forma estratégica e diferenciada, com base operacional, sistemas e pessoal capacitado.

c. dos eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 – Opinião dos Nossos Diretores sobre:***a. mudanças significativas nas práticas contábeis*

Os Diretores da Companhia informam que as demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board.

A seguir são apresentados os comentários dos Diretores da Companhia correspondentes à análise das mudanças significativas nas práticas contábeis e os efeitos destas alterações.

Mudanças contábeis realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não ocorreram mudanças nas práticas contábeis.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não ocorreram mudanças nas práticas contábeis.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os diretores da Companhia informam que os relatórios dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, não contém ressalvas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 – Opinião dos Nossos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

Os Diretores da Companhia informam que mantêm a prática da revisão de suas políticas contábeis e de avaliação de suas estimativas, em consonância com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo as incluídas na legislação societária, nos pronunciamentos técnicos e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Portanto, informam que a preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Estas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício e potenciais alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

Vide abaixo como estão aplicados:

Os Diretores da Companhia informam que julgamentos, estimativas e premissas contábeis a seguir apresentados são significativas:

a. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

b. Estimativas e premissas

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas incluem, portanto, estimativas referentes à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado, às determinações de provisões para imposto de renda e contribuição social e a outras similares. Por serem estimativas, é normal que possam ocorrer variações por ocasião das efetivas realizações ou liquidações dos correspondentes ativos e passivos.

A Diretoria baseia-se na avaliação de advogados internos e externos para definição da constituição de provisões sobre os processos.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

b.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. Os Diretores da companhia informam que o cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

b.2. Impostos

Os Diretores da Companhia informam que constituem provisões, com base em estimativas cabíveis e baseadas em projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas de mercado, financeira e de negócios. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para potenciais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

b.3. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

b.4. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 – Opinião dos nossos diretores sobre os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:**

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Nossos procedimentos de controles internos são um conjunto de processos que visam fornecer uma garantia razoável sobre a confiabilidade da informação contábil e financeira, bem como a elaboração de demonstrações contábeis para fins externos em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os Diretores da Companhia informam que os principais objetivos dos nossos controles internos são; (i) manutenção de registros que, em detalhe razoável, de forma rigorosa e justa, registra transações e disposições dos ativos da empresa, (ii) fornecimento de segurança razoável de que transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e que as receitas e despesas da empresa estão sendo reconhecidas somente de acordo com autorizações da nossa administração e de acordo com a execução, e (iii) fornecimento de uma garantia razoável relativas à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada, de ativos da companhia que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.

Os Diretores da Companhia entendem ainda que controles internos da Companhia são suficientes, dado o tipo de atividade e o volume de transações que opera. Adicionalmente, os Diretores da Companhia esclarecem que permanecem empenhados no aprofundamento, revisão e melhoria contínua de seus processos, e na implementação de novas ferramentas para revisão e controles internos. Abaixo descrevemos alguns exemplos: (i) em Jan/2015, o imobilizado da Movida Participações S.A. passou a ser controlado via SAP, unificando RAC e GTF; (ii) o sistema integrado de recursos humanos e departamento pessoal de RAC e GTF foi unificado em Jan/2015; (iii) atualização do ERP RM/Totvs de RAC, utilizado para integração dos módulos financeiro e contábil, além das interfaces com os sistemas operacionais de controle de frota e faturamento, em Jan/2015; (iv) implantado o sistema automatizado de conciliação de cartão de crédito em Jan/2015; (v) implementado o sistema de consulta financeira automática para cobrança de pessoas físicas em Fev/2015; (vi) implantado o sistema de controle operacional nas lojas Movida Seminovos em Abr/2015; (vii) implementado as alçadas de aprovação de despesas, descontos e cortesias no sistema integrado operacional em Mai/15; (viii) inserção do módulo para Seminovos no sistema de controle operacional unificado está em implantação; (ix) inserção do módulo de multas integrado com bancos de dados do DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito está em implantação; (x) está em implantação a ferramenta de controle de limite de crédito de clientes em sistema centralizado em uma das empresas do grupo econômico; e (xi) está em implementação a disponibilização do acesso ao sistema integrado de recursos humanos e departamento pessoal para todos os funcionários.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Na demonstração financeira relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, não há quaisquer ressalvas realizadas pelos auditores independentes da Companhia e eventuais pontos de recomendações e deficiências sobre os controles internos apresentados no relatório do auditor independente não são materiais.

Apesar do fato exposto, buscamos aprimorar, de forma constante, nossos controles internos e sistemas informatizados. Abaixo descrevemos alguns exemplos:

Implementação de sistema para preparação das Demonstrações Financeiras, evitando lançamentos ou controles manuais.

Unificação de procedimentos e processos para toda a Companhia das políticas de Recursos Humanos.

Implementação de políticas para Tecnologia de Informação e dados.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 – Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. como os recursos resultante da oferta foram utilizados

Os Diretores da Companhia informam que não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Os Diretores da Companhia informam que não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável à Companhia, pois não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8. Opinião dos Nossos Diretores sobre:**

- a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:*
- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades
 - iii. indicando respectivos passivos
 - iv. contratos de construção não terminada
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não existem ativos e passivos detidos por nós que não aparecem em nosso balanço patrimonial.

- b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras*

Não existem ativos ou passivos não evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item os diretores devem comentar:

- a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis da Companhia;*
- b. Natureza e o propósito da operação;*
- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação;*

Não existem ativos ou passivos que não são evidenciados em nossas demonstrações financeiras, balanços patrimoniais e demonstrações de resultado.